

## **NEW COLONIALISMO X CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA: ANÁLISE DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO ENSINO SUPERIOR INDÍGENA DA UFAM**

*Cristina de Cássia Borella (UFAM)*

[cristina.borella@gmail.com](mailto:cristina.borella@gmail.com)

*Eneida Alice Gonzaga dos Santos (UFAM)*

[eneidaalice@gmail.com](mailto:eneidaalice@gmail.com)

A Universidade Federal do Amazonas oferece duas licenciaturas destinadas aos povos indígenas: o Curso de Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação e a Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Ciências Humanas e Letras. No Curso de Formação de Professores Indígenas, até o momento, foram atendidos três povos indígenas: mura, mundurucu e sateré-maué. As aulas ocorrem na fazenda experimental da UFAM, zona rural do município de Manaus. Para poder participar do curso, os alunos se deslocam de seu município de origem até a capital do estado. A língua portuguesa é a língua de instrução e as línguas indígenas são apresentadas como disciplinas a serem ministradas em sala de aula. A outra experiência que descrevemos é a da Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Ciências Humanas e Letras, cujos cursos são realizados de acordo com a territorialidade linguística de cada uma das três línguas cooficiais do município de São Gabriel da Cachoeira, a saber, tucano, baniua e nheengatu. O curso funciona no território linguístico de cada uma das três línguas cooficiais. A política linguística do curso é a de promoção das línguas veiculares e cooficiais. O português do Brasil ocupa o espaço de língua auxiliar e é trabalhado em conjunto com outros componentes curriculares. O objetivo deste trabalho é refletir sobre as políticas linguísticas dos Cursos de Licenciaturas da Universidade Federal do Amazonas destinados aos povos indígenas, apresentando as distintas concepções de língua e ensino de línguas que orientam estas duas experiências, demonstrando o lugar que as línguas indígenas e o português do Brasil ocupam no espaço formal de ensino e conseqüentemente o valor que é atribuído às línguas indígenas, confirmando uma política linguística neocolonialista ou afirmando a construção da autonomia por meio da valorização de suas línguas.